
SUMÁRIO

ABREVIATURAS	XIX
CAPÍTULO 1 – ASPECTOS GERAIS DA ARBITRAGEM	1
1. Conceito de arbitragem – jurisdição	1
2. Arbitragem, mediação e conciliação	7
3. Normas de direito material aplicáveis à solução do conflito pela via arbitral.....	9
4. Limite geral imposto à possibilidade de solução arbitral	11
4.1 Direitos patrimoniais disponíveis	13
5. Espécies de arbitragem: institucional e avulsa	17
6. Arbitragem e sua constitucionalidade	18
7. Outros limites impostos à possibilidade de solução arbitral dos conflitos ...	20
7.1 Arbitragem e relação de consumo	20
7.2 Arbitragem e contratos de adesão	26
7.3 Arbitragem e direito do trabalho	32
7.4 Arbitragem e locação de imóveis urbanos	44
7.5 Arbitragem e Administração Pública – Direito Administrativo.....	47
7.6 Arbitragem, contratos societários e estatutos associativos	56
7.7 Falência e recuperação judicial do demandante e arbitragem	61
7.7.1 Falência.....	61
7.7.2 Recuperação judicial.....	63
7.8 Condomínio edilício e arbitragem.....	67
Quadro sinótico.....	71
CAPÍTULO 2 – CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM.....	79
1. Obrigatoriedade da arbitragem.....	79
1.1 Cláusula arbitral e cláusula de eleição de foro.....	81
1.2 A obrigatoriedade da arbitragem e o contrato que configura título executivo.....	82

2. Espécies de convenção de arbitragem	84
2.1 Cláusula arbitral ou cláusula compromissória	84
2.1.1 Cláusula arbitral cheia	85
2.1.2 Cláusula arbitral vazia – conceito e execução específica	86
2.2 Compromisso arbitral.....	89
3. Requisitos do compromisso arbitral	90
4. Autonomia da cláusula arbitral – competência-competência	95
Quadro sinótico.....	104
CAPÍTULO 3 – ÁRBITROS	107
1. Quem pode ser árbitro.....	107
2. Poderes, deveres dos árbitros e sua equiparação aos funcionários públicos no exercício da função	110
2.1 Poderes conferidos aos árbitros.....	110
2.2 Deveres dos árbitros.....	110
2.2.1 A equiparação dos árbitros aos funcionários públicos e suas consequências.....	112
3. O significado da expressão legal “tribunal arbitral”	115
4. Critérios para escolha dos árbitros e do presidente do tribunal arbitral.....	116
5. Impedimento do árbitro e sua arguição – o dever de revelação.....	119
5.1 Arguição de recusa do árbitro	124
6. Impossibilidade de atuação do árbitro e sua substituição	126
7. Número de árbitros e suplentes	127
Quadro sinótico.....	128
CAPÍTULO 4 – PROCEDIMENTO ARBITRAL.....	135
1. Normas de procedimento	135
1.1 Ata de missão.....	136
1.2 Princípios impositivos	137
1.3 Primeiras providências e tentativa de conciliação	140
1.4 Participação de advogado e representantes das partes.....	142
2. Instituição da arbitragem e a interrupção da prescrição	143
3. Arguição de incompetência, suspeição e impedimento do árbitro e arguição de nulidade da cláusula arbitral	147
3.1 Momento da alegação.....	150

3.2 Impedimento ou suspeição do árbitro.....	152
3.3 Nulidade da convenção de arbitragem e incompetência do árbitro ou do tribunal arbitral.....	154
4. Relação de coordenação entre a arbitragem e o Poder Judiciário – cartas arbitrais	155
5. Produção de provas	157
5.1 Depoimentos das testemunhas, interrogatório das partes e confissão...	159
5.1.1 Interrogatório, depoimento das partes e confissão.....	160
5.1.2 Depoimento das testemunhas	161
6. Tutelas provisórias de urgência e de evidência	163
6.1 Tutelas provisórias de urgência de natureza cautelar ou antecipada incidentais.....	164
6.2 Tutelas provisórias de urgência de natureza cautelar ou antecipada antecedentes	165
6.3 Tutelas de evidência	167
6.4 Jurisprudência.....	168
7. Pedido contraposto.....	170
8. Revelia	170
9. Comunicação dos atos	172
10. Despesas com a arbitragem	173
11. Intervenção de terceiros.....	174
Quadro sinótico.....	176
 CAPÍTULO 5 – SENTENÇA ARBITRAL.....	 183
1. Características da sentença arbitral e seu cumprimento	183
1.1 Natureza do provimento, carta de sentença arbitral e seu ingresso no registro público, liquidez e execução	186
1.2 Cumprimento espontâneo e procedimento de cumprimento judicial da sentença arbitral	191
1.2.1 Citação.....	193
1.2.2 Cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa – momento da exigibilidade da multa e dos honorários previstos.....	194
1.2.3 Cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de entregar bens móveis ou imóveis, fazer e não fazer	196
2. Prazo para emissão da sentença arbitral.....	198

3. <i>Quorum</i> para a sentença no caso de tribunal arbitral.....	200
4. Requisitos da sentença	201
5. Acordo e sentença homologatória no curso da arbitragem	202
6. Comunicação e pedido de esclarecimento (“embargos de declaração”)	204
7. Nulidade da sentença arbitral	207
8. Ação anulatória da sentença arbitral.....	221
8.1 Procedimento.....	223
8.2 Impugnação da execução e seus efeitos.....	228
9. Sentença arbitral que não decide todo o litígio	231
Quadro sinótico.....	232
CAPÍTULO 6 – SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA	239
1. A sentença arbitral e a necessidade de homologação pelo Superior Tribunal de Justiça	239
2. Procedimento de homologação	242
3. Hipóteses de rejeição do pedido de homologação	244
Quadro sinótico.....	252
CAPÍTULO 7 – NEGOCIAÇÃO	255
1. Conceito.....	255
2. As fases da negociação	257
3. Pontos fundamentais da negociação.....	257
3.1 Identificação do objeto do conflito e o objetivo das partes	257
3.2 Identificação da motivação e da intenção das partes	258
3.3 Entre na negociação munido de mais de uma possibilidade de desfecho...	258
3.4 Domine o prognóstico tanto quanto possível.....	258
4. “Rapport”	259
Quadro sinótico.....	261
CAPÍTULO 8 – MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO.....	265
1. Conceito de mediação e de conciliação	265
1.1 Centros judiciários de solução consensual de demandas	266
2. Princípios impositivos da mediação e da conciliação e a confidencialidade	267
3. Mediadores e conciliadores	270
3.1 O conciliador	270

3.2 O mediador	271
3.3 Cadastro de conciliadores e mediadores judiciais e câmaras de conciliação	271
3.4 Impedimentos.....	272
3.5 Equiparação para fins penais.....	273
3.6 Exclusão.....	274
3.7 Pagamento.....	274
4. Conciliação judicial.....	274
4.1 Procedimento do Código de Defesa do Consumidor no caso de superendividamento	274
4.2 Procedimento do Código de Processo Civil.....	276
5. Regras gerais do procedimento de mediação (Lei 13.140/2015, arts. 14 a 20)...	277
5.1 Instituição do procedimento de mediação	278
5.2 Reuniões	279
5.3 Recusa, impedimento ou suspeição do mediador e do conciliador e dever de revelação – as consequências do descumprimento do dever de revelação.....	280
5.4 Mediação e conciliação no curso do procedimento judicial ou arbitral	281
5.5 Advogado	281
5.6 Termo final de mediação e de conciliação e natureza do título no caso de transação	283
6. Peculiaridades da mediação/conciliação extrajudicial – a cláusula escalonada	284
7. Peculiaridades da mediação judicial	287
8. Mediação e conciliação no Direito Público.....	288
8.1 Conflitos envolvendo particulares e a União, os Estados e os Municípios.....	288
8.2 “Transação por adesão” nos conflitos envolvendo a Administração Pública Federal Direta, suas Autarquias e Fundações.....	289
8.3 Controvérsia entre órgãos ou entidades de direito público que integram a Administração Pública Federal	290
8.4 Desapropriações	292
Quadro sinótico.....	292
BIBLIOGRAFIA.....	301
OBRAS DO AUTOR.....	305